

33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT 18 - ELITES E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

**PADRÕES DE RECRUTAMENTO E TRAJETÓRIA DAS ELITES POLÍTICAS
NOS INHAMUNS**

Raulino Chaves - UFC
raulino_chaves@yahoo.com.br

PADRÕES DE RECRUTAMENTO E TRAJETÓRIA DAS ELITES POLÍTICAS NOS INHAMUNS

José Raulino Chaves Pessoa Jr.¹

O presente artigo tem como objetivo analisar as elites políticas da região dos Inhamuns², no estado do Ceará. Buscando desenvolver um estudo longitudinal sobre o perfil dessas elites, investigando assim a composição e os mecanismos de recrutamento e seleção dessas elites no período pós-redemocratização. Para alcançar tal objetivo, o artigo vai explorar uma pesquisa quantitativa realizada no município de Tauá.

A escolha dessa cidade como *locus* para compreender a dinâmica política da região deve-se ao fato desse município ser a sede regional dos Inhamuns, exercendo sobre as demais cidades dessa região influência econômica e política, fornecendo lideranças que a representam no âmbito estadual e federal.

O recorte temporal da pesquisa restringe-se ao período de 1988 a 2008, de modo a abordar o perfil dessa elite no período pós-ditadura militar. Essa delimitação temporal deve-se ao fato de que após o fim do período militar percebemos com clareza a confluência de vários fatores influenciando a política cearense, como: declínio da “política dos coronéis”, ascensão de uma elite empresarial no âmbito estadual, decadência da cotonicultura e a emergência de novos grupos de pressão (trabalhadores e classe média).

Além disso, temos um novo arranjo institucional, com um sistema multipartidário e o retorno de eleições mais competitivas. Dessa forma, o artigo busca investigar de que forma transformações na estrutura socioeconômica são refletidas na circulação das elites.

Antes, porém, de adentrar na interpretação da pesquisa em questão, faz-se necessário uma pequena digressão para abordarmos uma breve “história social dos problemas” (BOURDIEU: 2002), dos objetos e dos instrumentos de pensamento presente na literatura referente ao “poder local” e ao “nordeste”. Dessa forma, o texto será assim dividido: uma breve introdução referente ao discurso com o qual dialogo, uma análise sobre as elites políticas cearenses, uma localização sociopolítica dos Inhamuns no estado do Ceará, a análise da pesquisa quantitativa e finalmente algumas considerações finais.

¹ Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e integrante do Laboratório de Estudos de Política, Eleições e Mídia – LEPEN.

² Essa região é formada por municípios de pequeno porte demográfico e predominantemente rurais, sendo composta por seis municípios: Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Parambu, Saboeiro e Tauá.

1. A ordem discursiva

O artigo em questão, ao analisar a composição das elites políticas de um município localizado no sertão cearense, está dialogando com uma rede discursiva formada por discursos constituintes que definem “o que é o sertão”, “o que é o nordeste” etc. Dessa forma, antes de analisar propriamente a dinâmica de poder nessa comunidade, faz-se necessário uma discussão sobre a construção social de determinados conceitos, como: “poder local”, “nordeste”, “semi-árido”.

O poder local, sobretudo o estudo sobre recrutamento de elites locais, é muitas vezes relegado a segundo plano pela ciência política. A razão para tal postura pode ser atribuída ao fato de que, como comenta Dombrowski (2008: 271), *“durante muito tempo, o ‘local’ na política brasileira foi tido como locus dos desmandos autoritários de mandatários das elites locais ou regionais”*. Assim, se o poder “local” é marcadamente oligárquico, não teria sentido pesquisas sobre esse domínio de poder, uma vez que já teríamos “desvendado” os mecanismos de dominação vigentes nessa esfera.

Então, para uma parte da “literatura municipalista”³, o poder local seria caracteristicamente oligárquico, não englobando setores diversos da sociedade, sendo assim composto por um grupo restrito de atores políticos. Pode-se destacar as obras de: Leal (1949), Queiroz (1976), Pang (1979), Schwartzman (1982).

O nordeste brasileiro é enquadrado dentro de esquemas teóricos normalmente associados ao rural, ao lugar do atraso e a um passado decadente e resistente às mudanças. Em contraposição a essa idéia, constrói-se a imagem do sul como espaço do urbano, do progresso e da indústria.

O conceito do coronelismo é uma categoria que não fugiu a esse construto presente na literatura. Assim, na década de 1950, alegou-se que a industrialização e a urbanização, sofridas pelo sudeste do país, teriam “libertado” essa região do coronelismo, enquanto que este permaneceria no nordeste. O Brasil seria assim composto por essa desigualdade de desenvolvimento político, idéia defendida por Lambert (1967) na sua obra “Os dois brasis” e por Bastides (1959) em “Brasil: terra de contrastes”.

O Ceará, possuindo um território coberto em quase 80% pelo polígono das secas, foi um dos estados do nordeste que mais sofreu com o estereótipo do sertão marcado pela

³ Para mais informações ver: DE DEUS, Cleber. O novo arranjo federativo brasileiro, o regime multipartidário e a competição política municipal no ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

seca, messianismo, lutas entre famílias e coronelismo, sendo classificado como *lócus* ideal para estudos sobre dominação de caráter tradicional.

Estudos variados acerca do mandonismo familístico foram produzidos sobre famílias do sertão cearense, como: Queiroz (1976), Costa Pinto (1980), Billy Chandler (1980).

Associados a esses estudos persistiram conceitos que procuravam explicar a razão do Ceará ser uma região resistente à mudança social, onde elites tradicionais mostravam-se antagônicas à adoção do capitalismo moderno. De modo geral, esses estudos buscavam responder a seguinte questão: como lideranças políticas de feição tradicional se reproduzem por tanto tempo?

Mas de fato, os estudos sobre as elites cearense verificavam o que empiricamente? É o que veremos adiante.

2. As elites políticas cearenses

Bottomore (1965) defende a importância de se estudar as elites de uma sociedade, visto que entre os fatores que distinguem tipos de sociedades está a diferença entre suas elites. Características como: tamanho das elites, a formação social do grupo que as compõe, como elas se relacionam entre si e com os grupos possuidores de poder político e seu caráter aberto ou fechado na forma de recrutamento dos seus membros formam um todo que diferencia com clareza a hierarquia e a estratificação social de variadas sociedades.

O estudo sobre o recrutamento das elites apresenta-se profícuo em virtude de poder revelar aspectos importantes da sociedade em que estas operam. Como Perissinotto, *et al*, afirmam:

Assim, por exemplo, o predomínio de um grupo social na elite política pode dizer algo sobre a importância desse mesmo grupo no interior da sociedade ou, por outro lado, as mudanças, ao longo do tempo, na composição social da elite em questão podem ser um indicador (um sismógrafo) de que mudanças sociais mais profundas estão ocorrendo na sociedade como um todo. (PERISINOTTO *et al*, 1997, p. 70-71)

Como foi relatado anteriormente, predomina na literatura sobre a política cearense a concepção que essa região seria resistente à mudança social, predominando uma elite de base agrária e patrimonialista. Essa concepção de um poder tradicional foi reforçada,

em período mais recente, com o chamado: “acordo de Brasília”, em 1982. Nesse acordo, firmado entre as três maiores lideranças do Ceará à época (Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals), o governador seria indicado por Virgílio Távora, o vice por Adauto Bezerra, o senador seria Virgílio Távora e o prefeito de Fortaleza escolhido por César Cals. Além disso, as secretarias do estado seriam divididas em 1/3 para cada liderança política. Assim, predominou a idéia de que o Ceará seria, entre todos os estados do nordeste, o mais acentuadamente oligárquico.

No entanto, com a vitória de Maria Luiza, pelo PT, à prefeitura de Fortaleza em 1985 e posteriormente com a ascensão dos “jovens empresários” do CIC ao executivo estadual em 1987, estas teorias apresentaram uma grande lacuna teórica ao não fornecerem elementos para interpretar as mudanças ocorridas na classe política cearense. O mais enigmático não foi somente a emergência dos empresários e a derrocada dos coronéis na política estadual, foi antes a construção de uma “*imagem marca*” da Era Tasso como sinônimo de modernidade e desenvolvimento (CARVALHO, 2001).

Na análise de Abu-El-Haj (2003), existem duas interpretações que procuram dar conta das mudanças ocorridas nas eleições de 1985 e 1986 no Ceará. O primeiro defende que não houve uma mudança significativa na classe política, pois esses “jovens empresários”, ao procurarem se perpetuar no poder, repetiram práticas tradicionais de clientelismo e mandonismo. Idéia defendida por Barreira (1992) e Lemenhe (1995).

A segunda interpretação advoga que os três coronéis do exército não pertenciam ao tipo ideal do político tradicional, tanto na origem social como nas práticas políticas, e que a emergência de uma nova classe política foi proporcionada por medidas modernistas delineadas pelos próprios coronéis. Esta tese encontra-se em Parente (2000) e Carvalho (1998).

No diagnóstico de Abu-El-Haj (2003), estariam ocorrendo “revoluções silenciosas” no Ceará. Isso porque após o declínio do latifúndio e da cotonicultura no Ceará, nos anos 70/80 do século XX, entraram em ação novos atores políticos que desbancaram os grandes proprietários de terra, emergindo uma nova classe política em fusão com a nova realidade socioeconômica do sertão cearense.

Barreira (1992:45) atesta mudanças no poder político local, com o surgimento de uma “nova ordem social”. Para o autor, o declínio da hegemonia das grandes famílias no sertão e do coronel (entendido como o grande proprietário rural) cede espaço para uma nova classe emergente, os profissionais liberais (médicos, advogados). Assim, em lugares

onde ocorre a alteração do rural para o urbano e industrial a classe média assume o papel nessa transformação.

A classe média influencia o desenvolvimento econômico não apenas através da contribuição de suas habilidades específicas mais também através de seu compromisso com o estilo de vida moderno. A entrada desses profissionais na política representou o que Barreira (1992) considerou ser o último período de mando dos proprietários de terras. Segundo este autor, os proprietários de terra transferem a representação política, mas não mantêm um controle absoluto sobre os políticos e nem sobre os eleitores. Nesse contexto, o coronel passa a fazer parte de uma estrutura mais complexa de poder no sertão, onde há uma nova composição de forças.

Abu-El-Haj (2003), em pesquisas realizadas em três municípios⁴ do sertão central, aponta transformações nos grupos das elites dirigentes do poder local. Em Itapiúna ocorreram duas transformações. A primeira, nas décadas de 1960/70, foi engendrada pelo esgotamento da grande propriedade rural e o enfraquecimento das elites tradicionais, insurgindo assim uma classe média urbana. A segunda, na década de 90, com a derrota dessas classes médias e o aparecimento de elites com inclinação modernizante e empresarial (ABU-EL-HAJ, 2003).

Porém, o modelo para explicar as mudanças políticas nas últimas décadas contido na literatura a respeito das elites do Ceará é aplicável a região dos Inhamuns? Ou ao contrário, prevalece ainda a parentela como mecanismo importante de ascensão e reprodução do poder? Como explicar esse “descompasso” entre regiões no Ceará onde ocorrem uma maior circulação de elites e a excepcionalidade da região dos Inhamuns?

A região dos Inhamuns mostra-se particularmente interessante para essa análise em virtude de ser característicos dessa região traços marcantes do mando de feição tradicional onde famílias têm monopolizado o poder local durante décadas, assim cabe um questionamento: como ocorre a circulação de elites: seria entre famílias? Seria entre membros de uma mesma família? Como movimentar conceitos e categorias da teoria da circulação das elites em um contexto de predomínio uma política monopolizada por famílias?

⁴ Os municípios pesquisados foram: Acarape, Icapuí e Itapiúna. No entanto, só foram publicados os resultados dos dois últimos municípios.

3. Inhamuns na política cearense:

A microrregião dos Inhamuns⁵ forma uma comunidade⁶ caracterizada historicamente por representar o predomínio político da família Feitosa, que liderou dois séculos e meio a política da região. Segue o mapa abaixo:



FIGURA 1 – Mapa da região dos Inhamuns.

Fonte: <www.citybrazil.com.br/ce/regioes/sertaoinhamuns> Acesso em: 06/06/2009

Esse território foi colonizado em 1707, quando da doações de sesmarias a integrantes da família Feitosa, tornando-se uma das principais zonas de produção de gado do Nordeste. Essa região também foi palco de rivalidades envolvendo as famílias Monte e Feitosa retratada em vários estudos sociais: Queiroz (1976), Costa Pinto (1980).

No período Imperial as duas famílias mais influentes da região se posicionavam em lados opostos na política, os Feitosas representando os liberais e os Fernandes Vieira os conservadores. Os conservadores tinham Saboeiro como terra natal, que acompanhando as divergências com Feitosas, localizados em Tauá, foi emancipada em 1865.

Assim, o domínio dos Feitosas em Tauá se estendeu até o fim da República Velha, quando entrou em ascensão outra família: os Gomes. Acompanhando o declínio político dos Feitosas e de uma “onda emancipacionista” na década de 1950, vários

⁵ Utilizo a regionalização de microrregiões proposta pelo IBGE preterindo a divisão sugerida pelo IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará) em 2006. A razão por tal escolha deve-se ao fato de que a região abarcada pelo IBGE abrange municípios que possuem ligações históricas no domínio de uma mesma família, os Feitosas.

⁶ Por comunidade utilizo a definição de Chandler (1980:13): “refere-se mais a uma área geográfica cujas partes sempre estiveram historicamente interrelacionadas, do que ao espaço físico onde os habitantes mantêm contatos primários e freqüentes entre si”.

distritos dos Inhamuns foram emancipados, como: Parambu (1956) e Arneiróz (1957) de Tauá. Aiuaba (1956) e Catarina (1957) de Saboeiro; Cococy (1957) de Parambu.

Segundo Montenegro (1980) e Parente (2000) a base física e econômica do Ceará não criaram condições para a fixação de oligarquias, dessa forma as elites políticas seriam frágeis por causa da base econômica sujeita a secas periódicas. Contudo, nos municípios que compõem os Inhamuns as elites políticas estão hegemônicas, ou foram hegemônicas, durante décadas.

Em Arneiroz predominou a família Petrola há cerca de cinco décadas, perdendo a hegemonia nas eleições de 2008; Em Catarina, o poder da família Rodrigues Pereira está hegemônico há quatro décadas; Em Aiuaba predominava a liderança da família Arraes Feitosa durante três décadas, no entanto o líder dessa família, Armando Arrais Feitosa, foi morto por um integrante da família Feitosa. Assim, os Feitosas passaram a exercer o domínio político na cidade há cerca de duas décadas.

As cidades que apresentam maior dinamicidade política são: Saboeiro, Parambu e Tauá. Em Saboeiro a família Nocrato comandou três décadas, sendo desbancada por um integrante da família Diógenes nas eleições de 1992. Em Parambu temos a hegemonia política da família Noronha há cerca de quatro décadas, no entanto essa família é dividida em duas facções: Mateus Noronha e Ferreira Noronha. Essas duas facções disputam entre si o poder local da cidade, coligando-se a outras famílias, não conseguindo predominar uma única facção durante muito tempo.

Dentre todos os municípios que compõem os Inhamuns, o mais dinâmico politicamente é Tauá, não havendo nessa cidade a hegemonia política de uma única família. Nas décadas de 60/70 a família Gomes estava em hegemonia, saindo de cena após o declínio dos “três coronéis”. Atualmente, o poder dessa família se atualiza por meio do filho do patriarca da família Gomes, este é o atual presidente da Assembléia Legislativa do Ceará (MOTA, 2002).

Durante o período da redemocratização tivemos em Tauá, e conseqüentemente nos Inhamuns, a oposição política entre o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), representado pela família Gomes e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) representado pela família Citó⁷.

⁷ Nas eleições municipais de 2008 Idemar Citó e Domingos Gomes Filho estabeleceram uma aliança em apoio ao candidato a prefeito de Tauá, Odilon Silveira do PMDB, primo de Domingos Filho. Dos dezenove partidos existentes no município constam-se apenas duas candidaturas ao executivo.

A principal fonte de renda desses municípios não é uma “atividade produtiva”, *strito sensu*, e sim os pagamentos feitos pelo governo, as aposentadorias rurais e os salários dos funcionários públicos em todos os níveis. Podemos incluir também o Programa Federal Bolsa Família. Trata-se de uma situação que Lima (2006) caracteriza de “economia sem produção”, onde a população sobrevive de transferências de renda que passam a constituir um dos mais importantes setores econômicos, ultrapassando inclusive a agropecuária.

Na maioria dos municípios dos Inhamuns a quantidade de repasses que as prefeituras recebem do FPM (Fundo de Participação Municipal) é superior a renda gerada pelas próprias atividades empresariais que são desenvolvidas nos municípios. Percebe-se assim a importância do controle da prefeitura por parte das elites locais, tornando-se uma necessidade de sobrevivência.

Assim, caracterizado o contexto político dos Inhamuns, vamos analisar os dados de uma pesquisa realizada em Tauá.

4. Perfil sócio-ocupacional e carreira política da elite parlamentar tauaense:

Como é recrutado um candidato? Essa pergunta pode parecer um tanto óbvia, no entanto os mecanismos que agem no processo seletivo dos candidatos são bastante complexos e refletem a forma como a sociedade está estruturada.

Bilac (2001), investigando a forma de recrutamento e a trajetória das elites políticas de Rio Claro, interior de São Paulo, durante os anos de 1900 a 1964, aponta um padrão tradicional de formação política: passagem por cargos administrativos no Estado e no Exército, possuindo título de bacharel em Direito e com ligações familiares e posse de terra. Assim, a autora defende que os principais canais de recrutamento dessa elite são: nascimento, diploma de curso superior, famílias e amigos influentes.

Perissinotto *et al* (1997), analisando o perfil das elites políticas⁸ do Paraná nos anos de 1995 a 2002, constata que esse grupo, no que diz respeito a atributos pessoais, é caracteristicamente homogêneo, sendo composto por homens brancos e católicos, recrutados nos estratos médios e altos da sociedade e possuindo um alto nível de escolaridade. A pesquisa revelou ainda que o pré-requisito para adentrar nessa elite seria

⁸ Foram analisadas nessa pesquisa três setores de elite pertencentes a três tipos de “instituições”: Executivo estadual, a Assembléia Legislativa e os partidos políticos no estado.

a quantidade de anos na escola e a obtenção do grau superior e não o pertencimento a famílias tradicionais no âmbito da política.

Esse perfil das elites paranaenses é diferente do que foi analisado por Pessoa Jr. (2008) em uma pesquisa sobre as elites políticas⁹ de Catarina-Ce. O autor verificou que a elite em questão era formada na sua maioria por agropecuaristas e comerciantes com baixo nível de escolaridade. Esse perfil só foi modificado no período pós-ditadura militar, uma vez que setores da classe média, com curso de nível superior, passaram a exercer cargos no executivo municipal.

Em uma ordem social marcada por relações de troca fundadas na reciprocidade algumas pessoas, devido à posição estrutural que ocupam na sociedade, estariam mais qualificadas para exercerem liderança na comunidade. Lanna (1995) ressalta que em geral as pessoas que estariam possibilitadas a conceder dádivas seriam os proprietários de terras, os comerciantes e os médicos. Não é por acaso que essas categorias exercem posições de liderança no poder local com frequência.

Segundo Bourdieu (2002) o jogo político de competição ocorre em dois níveis: no primeiro temos a concorrência pelo poder sobre o partido, essa seria uma competição apenas entre os profissionais que escolherão aqueles que poderão entrar na lista pela conquista dos simples laicos; Em outro momento temos a concorrência para conquistar os votos dos laicos, pela sanção eleitoral.

Assim, além da seleção das candidaturas pelos partidos políticos temos outra seleção no processo eleitoral no qual indivíduos que possuem certos capitais simbólicos na sociedade são eleitos em detrimento de indivíduos que possuem pouco ou nenhum deste capital. Dessa forma, partimos da constatação de que os mecanismos de escolhas da classe política não são igualitários, visto que alguns indivíduos que possuem atributos que são valorizadas socialmente têm maior acesso a classe política. Assim, cabe uma pergunta: que características são essas que servem de acesso a classe política? Qual o *quantum* de capital político que o possibilita entrar na luta pelo monopólio do poder?

A busca de responder essa pergunta é o que procuramos alcançar nessa seção que está dividida em duas partes: na primeira analisaremos os atributos adstritos e adquiridos dessa elite, na segunda a carreira política e a importância da instituição familiar como mecanismo de ascensão política.

⁹ Foi investigado nessa pesquisa o perfil dos Prefeitos e Vereadores dessa cidade no período de 1957 a 2004.

O material analisado nessa seção foi coletado em uma pesquisa realizada no município de Tauá¹⁰. O objetivo de tal pesquisa foi entrevistar¹¹ vereadores eleitos nas legislaturas pós-redemocratização (eleições de 1988, 1992, 1996, 2000, 2004 e 2008).

Somando-se todos os cargos disponíveis nas seis legislaturas temos um total de 105 cadeiras, sendo assim distribuídas: 1988 (21 cargos), 1992 (22 cargos), 1996 e 2000 (21 cargos), 2004 e 2008 (10 cargos). Essas 105 cadeiras foram ocupadas por 52 indivíduos; destes, quatro¹² já tinha falecido no período da realização da pesquisa. Assim, restariam 48 atores a serem entrevistados. Destes, foram realizadas entrevistas com 30 pessoas, logo, os questionários estariam assim distribuídos entre as legislaturas: 1988 (18 pessoas vivas, 11 pessoas entrevistadas – 61% do universo da amostra), 1992 (21 pessoas vivas, 14 pessoas entrevistadas – 66%) 1996 (19 pessoas vivas, 15 pessoas entrevistadas – 78%) 2000 (20 pessoas vivas, 16 pessoas entrevistadas – 80%) 2004 (8 entrevistas – 80%) 2008 (9 entrevistadas – 90% do universo da amostra).

Avaliamos que a cobertura da amostra mostrou-se mais fragilizada na legislatura de 1988 em virtude da alta taxa de ex-vereadores falecidos, mas não chegou a comprometer a pesquisa. Todavia, a amostra coletada possui um grau de representatividade elevado em todas as legislaturas, em grande parte devido à permanência dos mesmos atores políticos entre as legislaturas. Logo, a base de dados coletada parece-nos fornecer a segurança devida para inferirmos sobre as características da elite política de Tauá no período analisado. Considerado assim a caracterização do universo da pesquisa, vamos à análise dos dados.

4.1. Perfil dos parlamentares tauaense: atributos adstritos e adquiridos

Keller (1967:177), inspirada na obra de Mosca (2004), questiona-se sobre quais atributos, reais ou aparentes, possibilitam ascensão a posições de elite. Assim, a autora classifica três tipos principais desses atributos: atributos naturais que diferenciam os indivíduos entre si (gênero, etnia, idade), atributos conquistados que seriam adquiridos ao

¹⁰ A pesquisa foi realizada entre os dias 31 de julho a 04 de agosto de 2009. Foram realizadas 30 entrevistas, sendo cinco destas por telefone.

¹¹ O questionário aplicado foi baseado em uma pesquisa realizada por CODATO, Adriano N.; GOUVÊA, Júlio C.; PERISSINOTTO, Renato M. intitulada “as elites administrativas, parlamentares e partidárias do Paraná, 1995-2006.

¹² Dos quatro indivíduos falecidos, dois foram eleitos em 1988, outro em 1988, 1992 e 1996 e o último em 1996 e 2000.

longo da vida (riqueza, escolaridade) e atributos funcionais que são contribuições particulares ao processo social (liderança, criatividade, carisma).

Dessa forma, tendo por base essa classificação, pretendemos analisar o conjunto de atributos que essa elite possui que os legitimam como elite.

Características como gênero, etnia e idade, muito embora sejam biologicamente determinadas, nos interessa apenas as atribuições que são dadas pelo social a esses fatores. Assim, um primeiro ponto a ser destacado é a sub-representação feminina nessa elite, como vemos na tabela abaixo:

Tabela 1 - Gênero da elite parlamentar de Tauá.

Gênero	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Feminino	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (12,5%)	2 (22,2%)
Masculino	11 (100%)	14 (100%)	15 (100%)	16 (100%)	7 (87,5%)	7 (77,8%)
Total	11	14	15	16	8	9

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Tabela 2 - Gênero da população de Tauá

Gênero	1980	1991	1996	2000
Feminino	50,9	50,9	50,9	50,5
Masculino	49,1	49,1	49,1	49,5

Fonte: IPEADATA, 2009.

Observando a tabela a esquerda, percebemos que, no período analisado, apenas nas duas últimas legislaturas as mulheres passam a ocupar cargos no legislativo, mas percebe-se um aumento na participação feminina de uma legislatura para outra, ou seja, de 12,5% para 22,2%. Cabe ressaltar que em 2000 foi eleita uma mulher para assumir o executivo municipal, sendo reeleita em 2004. Porém, é necessário esclarecer que não era uma “mulher qualquer”, mas a esposa do líder político da região. Assim, não era uma *outsider* (ELIAS; SCOTSON, 2000), mas alguém com fortes laços de parentesco com o político mais influente da cidade.

Esse dado sobre a participação feminina na elite política é interessante quando comparado com os dados do IBGE de 1980 a 2000, disposto na tabela número 2. Assim, embora as mulheres fossem ligeiramente mais numerosas que os homens, elas apresentavam pouca participação na vida pública, aparecendo nas duas últimas legislaturas em proporções inferiores a sua participação na sociedade local.

Analisando outros dados como cor e religião, percebemos o quanto essa elite é homogênea, visto que todos os entrevistados se definiram como brancos e a grande maioria como católicos. No universo das entrevistas, temos apenas um vereador evangélico, ocupando este o mandato de 1992 até 2008.

Outro dado interessante é a média de idade dessa elite. Percebemos que em média essa elite ocupou cargos eletivos aos 33 anos, tendo já acumulado um capital político que o possibilitou assumir postos de comando na sociedade. Quando analisamos a idade por

legislatura percebemos um ligeiro aumento na média entre as eleições de 1988 a 2008, alcançando o ápice em 2004, como vemos na tabela abaixo:

Tabela 3 – Média de idade da elite parlamentar tauaense por legislatura

Média de idade	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Idade primeiro mandato	33,9	35,5	34,7	34,3	31,1	31,4
Idade por legislatura	35,2	35,9	37,5	40,9	42,6	39,0

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Assim, analisando os dados percebemos que o conjunto da elite política tauaense entrevistada é formado, majoritariamente, por homens brancos, católicos e com idade em média de 33 anos.

Analisado esse primeiro conjunto de atributos para o acesso a posições de mando nessa sociedade, vamos a um segundo tipo de atributo. Estes, ao contrário do anterior, formam conquistados ou valorizados pelos indivíduos ao longo da vida, como, por exemplo, o nível de escolaridade e a situação social.

A observação da escolaridade dessa elite comparada com a da população é bastante interessante, como vemos na tabela abaixo:

Tabela 4 – Nível de escolaridade, dispostos em porcentagem, da elite por legislatura e da população em 2000

Nível de Escolaridade	1988	1992	1996	2000	2004	2008	População Censo 2000¹³
Baixa escolaridade	5 (45,45%)	4 (28,57%)	2 (13,33%)	3 (18,75%)	0 (0%)	2 (22,22%)	76,13%
Média escolaridade	5 (45,46%)	7 (50%)	5 (53,34%)	7 (43,75%)	4 (50%)	1 (11,11%)	21,00%
Alta escolaridade	1 (9,09%)	3 (21,43%)	5 (33,33%)	6 (37,5%)	4 (50%)	6 (66,67%)	2,87%
Total	11	14	15	16	8	9	

Fonte: Elaboração própria (2009) e Censo Demográfico de 2000.

Inicialmente, apreendemos que o nível de escolaridade vem crescendo ao longo das legislaturas. Se analisarmos as legislaturas extremas (1988 e 2008), percebemos uma mudança substancial, visto que em 1988 tínhamos quase 91% dessa elites formada por pessoas com baixa ou média escolaridade, enquanto em 2008 esse índice caiu para 33,3%. Ou seja, diminuiu cerca de 57 pontos percentuais. Acompanhando essa mudança, indivíduos com alta escolaridade, que em 1988 representavam 9%, em 2008 passaram a corresponder 66,6% da legislatura, inclusive com vários membros possuindo cursos de pós-graduação. Esse pode ser considerado um sismógrafo de mudanças sociais que estão

¹³ Esse dado do nível de escolaridade da população não leva em conta os estudantes, só é computado nesse dado as pessoas que já concluíram seu processo de educação formal.

ocorrendo na sociedade local, como o aumento da escolaridade da população verificada nas últimas décadas.

No entanto, mesmo com o aumento dessa escolaridade, percebemos que existe um nítido contraste entre a escolaridade das elites e da população, visto que, de acordo com o censo de 2000, 76% da população apresentava um baixo nível de escolaridade. Esse dado vem consubstanciar estudos presentes na literatura sobre elites brasileiras que atestam a importância do acesso à escolarização como forma de requisito ao recrutamento na vida pública¹⁴. Assim, temos uma concentração da elite política nos estratos mais escolarizados da sociedade local.

Analisando os cursos de formação superior dessa elite, percebemos o peso de profissões que tradicionalmente desempenharam papel de destaque na atividade política, como médicos, advogados e engenheiros. Outros cursos como economia, pedagogia, contabilidade, agronomia, etc. foram classificados como “novos cursos” e representam um percentual menor de participação, mas que em 2008 chegou a superar os “cursos tradicionais”. Como vemos na tabela que se segue:

Tabela 5 – Distribuição percentual da elite parlamentar com nível superior de Tauá entre os cursos de graduação

Curso Superior	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Cursos Tradicionais (Medicina, Direito e Engenharia)	1 (100%)	3 (100%)	3 (60%)	3 (50%)	3 (75%)	2 (33%)
Novos Cursos (Agronomia, Contabilidade, Economia, Pedagogia)	0 (0%)	0 (0%)	2 (40%)	3 (50%)	1 (25%)	4 (67%)
Total	1	3	5	6	4	6

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Podemos afirmar que a maior participação desses “novos cursos” é atribuída à existência de faculdades na cidade que formaram essa elite. Assim, quando analisamos em quais instituições esses indivíduos foram formados percebemos fases distintas.

Da legislatura de 1988 até 2004, as universidades localizadas na capital do estado, no caso a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), sobressaem como as instituições que formaram essa elite. A outra fase é formada pela legislatura de 2008, visto que as instituições localizadas na própria cidade, no caso a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade Vale do Acaraú (UVA), foram as responsáveis pela formação de 66% dessa elite, como vemos em seguida:

¹⁴ Ver por exemplo as obras de Carvalho (1981), Love (1982), Levine (1980).

Tabela 6 – Instituições que formaram as elites de Tauá. Dados dispostos em porcentagem

Instituição de Formação Escolar	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Instituições na Capital do Estado (UFC, UECE, UNIFOR)	1 (100%)	2 (66,66%)	5 (100%)	5 (83,33%)	3 (75%)	2 (33,33%)
Instituições em Tauá (UECE e UVA)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (16,7%)	1 (25%)	4 (66,7%)
Instituições Fora do Estado	0 (0%)	1 (33,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Total	1	3	5	6	4	6

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Na leitura desses dados, podemos perceber o grau de localismo dos membros dessa elite, visto que 99% tiveram sua formação no estado de origem, sendo Fortaleza o *locus* dessa formação. Associando esse dado ao local de naturalidade da elite, verificamos que esta é primordialmente paroquial, uma vez que 70% é natural de Tauá. Assim, o fato de ser natural da cidade pode constituir um fator importante no recrutamento político, como vemos na tabela que se segue:

Tabela 7 – Naturalidade dos vereadores e ex-vereadores dispostos em frequência e porcentagem

Naturalidade	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Município que atua politicamente	8 (72,7%)	12 (85,7%)	14 (93,3%)	15 (93,8%)	6 (75%)	6 (66,7%)
Outro município dos Inhamuns	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (12,5%)	1 (11,1%)
Outro município do Ceará	3 (27,3%)	2 (14,3%)	1 (6,7%)	1 (6,3%)	1 (12,5%)	2 (22,2%)
Total	11	14	15	16	8	9

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Outro elemento importante é o exame da ocupação dessa elite, como comenta Carvalho (1981:73):

A ocupação, principalmente se organizada em profissão, pode constituir-se em importante elemento unificador através da transmissão de valores, do treinamento e dos interesses materiais em que se baseia. Na medida em que o recrutamento de uma determinada elite política se limite aos membros de poucas ocupações, aumentarão os índices de homogeneidade tanto ideológica como de habilidades e de interesses.

Assim, observando o espectro de profissões dessa elite constatamos que políticos ocupados com atividade rural estão declinando ao longo das legislaturas. Esse espaço está sendo ocupado por funcionários públicos, empresários e trabalhadores rurais. Como percebemos na tabela da próxima página:

Tabela 8 – Ocupação da elite por legislatura. Dados por frequência e por porcentagem.

Ocupação	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Médio e Grande Proprietário Rural	3 (27,3%)	2 (14,3%)	2 (13,3%)	2 (12,5%)	0 (0%)	0 (0%)
Micro e Pequeno Empresário	3 (27,3%)	4 (28,6%)	3 (20%)	4 (25%)	3 (37,5%)	2 (22,22%)
Médio e Grande Empresário	0 (0%)	2 (14,3%)	1 (6,7%)	1 (6,25%)	0 (0%)	2 (22,22%)
Profissional Liberal	3 (27,3%)	2 (14,3%)	3 (20%)	3 (18,75%)	3 (37,5%)	2 (22,22%)
Funcionário Público	1 (9,1%)	2 (14,3%)	4 (26,7%)	4 (25%)	2 (25%)	2 (22,22%)
Trabalhador Assalariado	1 (9,1%)	2 (14,3%)	1 (6,7%)	1 (6,25%)	0 (0%)	0 (0%)
Trabalhador Rural	0 (0%)	0 (0%)	1 (6,7%)	1 (6,25%)	0 (0%)	1 (11,11%)
Total	11	14	15	16	8	9

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Observando a tabela acima, percebemos que a elite está concentrada em ocupações urbanas e mais desenvolvida economicamente. Temos também um aumento da participação de trabalhadores rurais, apoiados estes em contextos que extrapolam a dinâmica de poder “local”, como a emergência do Partido dos Trabalhadores (PT) no cenário nacional.

Assim, com o desenvolvimento econômico da cidade surge uma multiplicidade de grupos de interesse e grupos de pressão, originando novos estratos sociais importantes, tais como: moderno empresariado, nova classe média de nível universitário, operários especializados e qualificados. Esses grupos passaram a se organizar em grupos de interesse e grupos de pressão, ocupando cargos no legislativo local.

Agrupando essas ocupações em estratos sociais¹⁵ percebemos que a elite está concentrada em estratos altos da sociedade, não se alterando ao longo das legislaturas, como vemos na tabela abaixo:

Tabela 9 – Estrato social da elite dispostos em frequência e porcentagem

Estrato Social	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Estrato Social Alto	7 (63,6%)	8 (57,1%)	10 (66,7%)	10 (2,5%)	5 (62,5%)	6 (66,7%)
Estrato Social Baixo	4 (36,4%)	6 (42,9%)	5 (33,3%)	6 (37,5%)	3 (37,5%)	3 (33,3%)
Total	11	14	15	16	8	9

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Para completar a caracterização dos atributos adquiridos é interessante analisar a escolaridade e a ocupação dos pais dessa elite, pois assim perceberíamos se esses

¹⁵ A classificação por “estrato social” foi baseada na divisão adotada por Renato Perissinotto (2007). Assim, a divisão seguiu a seguinte classificação: “estrato social alto” seriam médio e grande proprietário rural, grande empresário, profissionais liberais e funcionários públicos; “estrato social baixo”: micro e pequeno empresário, trabalhador assalariado e trabalhador rural.

indivíduos ascenderam, ou decaíram, socialmente. Além disso, essa comparação é importante porá verificarmos possíveis mudanças de médio prazo atravessadas pelas duas gerações, como vemos abaixo:

Tabela 10 – Níveis de escolaridade da elite e de seus ascendentes (amostra completa)

<i>Nível de escolaridade dos vereadores</i>	<i>Nível de escolaridade do pai</i>			<i>Total</i>	<i>Nível de escolaridade da mãe</i>			<i>Total</i>
	<i>Baixa</i>	<i>Média</i>	<i>Alta</i>		<i>Baixa</i>	<i>Média</i>	<i>Alta</i>	
Baixa	8 (38,1%)	0 (0%)	0 (0%)	8 (26,6%)	8 (42,1%)	0 (0%)	0 (0%)	8 (26,6%)
Média	10 (47,6%)	1 (11,11%)	0 (0%)	11 (36,7%)	7 (36,9%)	4 (44,4%)	0 (0%)	11 (36,7%)
Alta	3 (14,3%)	8 (88,89%)	0 (0%)	11 (36,7%)	4 (21%)	5 (55,6%)	2 (100%)	11 (36,7%)
Total	21	9	0	30	19	9	2	30

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Dessa forma, comparando a escolaridade dos pais com a escolaridade da elite temos uma mobilidade escolar ascendente. Além disso, verificamos que de modo geral, indivíduos que possuem pais com baixa ou média escolaridade estes indivíduos apresentam também baixa ou média escolaridade, havendo assim uma persistência de nível de escolaridade entre as gerações. Filhos com baixo níveis de escolaridade possuem pais com baixo nível de escolaridade.

Outro dado interessante é quando analisamos a ocupação dos pais dessa elite, pois percebemos traços estruturais dessa sociedade nas décadas de 1930 a 1960, retratando uma economia agrária. Esse dado pode ser percebido pelo alto percentual de pais na categoria “médio e grande proprietário rural” e de mães na categoria “donas de casa”.

No entanto, percebemos que essa divisão da ocupação dos pais vai se modificando no decorrer das legislaturas, uma vez que filhos(a) de proprietários rurais vão perdendo espaço para filhos(a) de funcionários públicos ou empresários. Já entre as ocupações das mães dessa elite, vemos que os filhos(a) de mulheres dedicadas ao lar ou ao trabalho no campo perdem espaço para filhos(a) com mães que são funcionárias públicas ou empresárias. Assim, a mudança desse padrão na elite local parece refletir o movimento das mulheres em direção ao mercado de trabalho no século XX, passando a ocupar posições mais relevantes no mercado de trabalho, como vemos na Tabela 11.

Tabela 11 – Ocupação dos pais e mães da elite tauaense por legislatura

Ocupação	1988		1992		1996		2000		2004		2008	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Médio/Grande Prop. Rural	10 (90,9%)	1 (9,1%)	11 (78,6%)	1 (7,1%)	9 (60%)	3 (20%)	9 (56,3%)	1 (6,3%)	5 (62,5%)	1 (12,5%)	7 (77,8%)	1 (11,1%)
Pequeno Prop. Rural	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (6,7%)	0 (0%)	2 (12,5%)	1 (6,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Micro/Pequeno Empresário	0 (0%)	1 (9,1%)	1 (7,1%)	2 (14,3%)	3 (20%)	2 (13,3%)	3 (18,8%)	2 (12,5%)	1 (12,5%)	2 (25%)	0 (0%)	2 (22,2%)
Funcionário Público	1 (9,1%)	1 (9,1%)	2 (14,3%)	2 (14,3%)	2 (13,3%)	3 (20%)	2 (12,5%)	4 (25%)	2 (25%)	2 (25%)	1 (11,1%)	3 (33,3%)
Profissional Liberal	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (11,1%)	0 (0%)
Dona de Casa (mulheres)	NA	8 (72,7%)	NA	9 (64,3%)	NA	7 (46,7%)	NA	8 (50%)	NA	3 (37,5%)	NA	3 (33,3%)
Total	11	11	14	14	15	15	16	16	8	8	9	9

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Na análise de Mosca (2004) a estabilidade de uma elite depende de dois fatores principais: organização e homogeneidade. Esses fatores possibilitam que uma elite possua um projeto comum e aja de modo coeso, levando vantagem sobre elites rivais. Essa homogeneidade pode ser tanto social (mesma classe) como ideológica, partindo-se de um treinamento específico para a formação de governantes.

Na ausência de um claro domínio de classe, a fragmentação torna-se quase inevitável e as elites ficam frágeis, formando facções. Holanda (1995), analisando a cultura política brasileira, ressalta o “espírito de facção” presente no Brasil, onde predomina vínculos biológicos e afetivos, sentimento e deveres na formação de grupos sociais em detrimento de associação por interesses e idéias. Aspecto esse que será explorado no tópico seguinte.

4.2. Importância da família na carreira política:

O objetivo desse tópico é analisar outras variáveis que agem sobre o recrutamento dos parlamentares, sobretudo a existência da família como um capital simbólico importante. Como comenta Carvalho (1999:75):

(...) em um meio social como o cearense, onde a família e os valores tradicionalmente a ela associados persistem como universo *sagrado* de referência, não se pode menosprezar seu significado na estruturação da ordem simbólica, na criação de valores e na própria reprodução do poder econômico e político. (grifo do autor).

Neste aspecto, observando o estado civil dos parlamentares percebemos que o percentual de indivíduos casados é bastante alto, cerca de 70% ao longo das legislaturas. No entanto, esse percentual vem diminuindo com o aumento de indivíduos que se apresentam divorciados ou separados. Esse pode ser um fator do crescente aumento de

separações na sociedade, mas não chega a afetar o papel desempenhado pela família como *locus* do poder.

Entre os parlamentares que já tinham sido casados, assim foram computados indivíduos que estavam separados/divorciados e viúvos, quando se candidataram ao posto de vereador, é interessante observar dois fatores: a alta concentração de esposas(o) naturais de Tauá e pertencente a elite política, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 12 – Estado civil, naturalidade e passado político do cônjuge por legislatura

Estado civil	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Casado	8 (72,7%)	10 (71,4%)	12 (80%)	13 (81,3%)	6 (75%)	5 (55,6%)
Divorciado ou separado	0 (0%)	2 (14,28%)	2 (13,34%)	2 (12,5%)	2 (25%)	2 (22,22%)
Viúvo	1 (9,1%)	1 (7,1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Solteiro	2 (18,2%)	1 (7,1%)	1 (6,7%)	1 (6,3%)	0 (0%)	2 (22,2%)
Total	11	14	15	16	8	9
Naturalidade da(o) esposa(o)						
Tauá	7 (77,8%)	8 (61,5%)	10 (71,4%)	11 (73,3%)	5 (62,5%)	6 (85,7%)
Outra cidade	2 (22,2%)	5 (38,5%)	4 (28,6%)	4 (26,7%)	3 (37,5%)	1 (14,3%)
Total	9	13	14	15	8	7
A família da(o) esposa(o) ocupa ou ocupou cargo eletivo?						
Sim	5 (66,7%)	7 (61,5%)	8 (57,8%)	9 (60%)	6 (75%)	3 (42,9%)
Não	4 (33,3%)	6 (38,5%)	6 (42,2%)	6 (40%)	2 (25%)	4 (57,1%)
Total	9	13	14	15	8	7

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Assim, podemos afirmar que os membros da elite parlamentar analisados casam-se com mais frequência com indivíduos naturais da própria cidade e com inserção na vida política local. Embora possamos perceber que a quantidade de indivíduos que se casaram com pessoas da elite política venham diminuindo entre as legislaturas.

Analisando os membros dessa elite que possuem várias legislaturas constatamos que 65% destes indivíduos tinham a família da esposa envolvida na política, seja no âmbito local ou regional. A importância da instituição familiar nesse processo de seleção de candidatos é também percebida quando analisamos a quantidade de indivíduos dessa elite que possuíram algum membro da família ocupando cargo eletivo na política local. Vejamos o quadro abaixo:

Tabela 13 – Existência de membros da família que já ocuparam postos eletivos no poder local

Membros da família na política local	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Sim	8 (72,7%)	10 (71,4%)	11 (73,3%)	13 (81,3%)	5 (62,5%)	6 (66,7%)
Não	3 (27,3%)	4 (28,6%)	4 (26,7%)	3 (18,8%)	3 (37,5%)	3 (33,3%)
Total	11	14	15	16	8	9

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Dessa forma, a porcentagem de membros dessa elite que possuem ou possuíram familiares ocupando algum cargo eletivo na cidade é bastante alto, em média 70%, constituindo-se numa oligarquia familiar, uma vez que o pertencimento a famílias tradicionais credencia os indivíduos a assumirem posições de mando. Esse valor só diminuiu nas duas últimas legislaturas, mas não chegou a modificar o quadro em geral.

Outro dado interessante para observarmos são os vínculos institucionais e sociais dessa elite. A tabela 14¹⁶ retrata nesse aspecto a importância de determinados fatores de inserção desses indivíduos na política local.

Tabela 14 – Importância alta ou média de determinados fatores para o ingresso na política. Valor em porcentagem.

	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Ligações Familiares	72,7%	57,1%	53,3%	62,5%	62,5%	66,7%
Indicado ou Estimulado por Alguém Político	72,7%	50%	60%	50%	87,5%	66,7%
Defesa de Alguma Questão ou Grupo Social	72,7%	78,6%	93,3%	93,8%	87,5%	88,9%
Instituições - Sindicato, Igreja, Associação de Classe	36,4%	35,7%	33,3%	31,3%	25,0%	33,3%
Vinculado a Alguém Movimento Social	18,2%	14,3%	33,3%	25,0%	12,5%	22,2%

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Analisando a tabela acima, percebemos a predominância de um padrão tradicional de elite, em que as relações pessoais tiveram um grande peso na inserção desses indivíduos na política. Assim, as ligações familiares representam um importante meio de socialização política, desenvolvendo desde cedo habilidades que os credenciam a posições de elite. Outro fator importante de socialização política é o vínculo com algum político local, pois nessa sociedade “quem não tem padrinho morre pagão”.

Os membros dessa elite não possuem uma relação orgânica com instituições (sindicato, igreja, associações de classe) ou movimentos sociais organizados, como pode ser percebido pelo baixo que estas representam na socialização política destes indivíduos, não chegando a representar 30% no total geral ao longo das legislaturas.

Assim, a única instituição que consegue moldar esses grupos é familiar. Nela, indivíduos agem em torno de uma “solidariedade familiar” e conseguem construir um grupo coeso que atua em virtude de interesses em comum, conseguindo espaço na arena política.

¹⁶ A categoria importância está dividida em dois grupos: alta ou média importância e baixa ou nenhuma importância. Para uma melhor visualização da tabela só foi disponibilizado os dados referentes à importância avaliada pelos indivíduos como alta ou média. Nesse caso, para saber o percentual de importância baixa ou nenhuma basta diminuir 100% menos o percentual da categoria exposto.

A respeito das redes sociais e das inserções institucionais desses indivíduos, temos a tabela 15 que aponta as instituições ou redes em que os candidatos obtiveram maior apoio político em cada legislatura.

Tabela 15 – Importância alta ou média de determinados fatores para a primeira vitória eleitoral. Valor apenas em porcentagem

	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Ligações Familiares	90,9%	85,7%	73,3%	81,3%	87,5%	88,9%
Partido Político	45,5%	35,7%	53,3%	43,8%	50%	55,6%
Esforço Pessoal	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Apoio de Algum Deputado Estadual	90,9%	50,0%	46,7%	50,0%	50,0%	55,6%
Serviços Prestados a Comunidade	100%	92,9%	100%	100%	100%	100%
Atuação em Algum Bairro ou Localidade Específica	90,9%	64,3%	73,3%	81,3%	50%	77,8%
Apoio do Prefeito	18,2%	21,4%	26,7%	18,8%	37,5%	55,6%
Apoio de Alguma Instituição	18,2%	14,3%	33,3%	18,8%	37,5%	22,2%
Apoio de Algum Empresário	9,1%	7,1%	6,7%	6,3%	12,5%	11,1%
Apoio de Movimentos Sociais	27,3%	21,4%	26,7%	25%	12,5%	22,2%
Apoio de Radialistas, Jornalistas	18,2%	7,1%	0%	6,3%	0%	11,1%

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Analisando a tabela percebemos a importância das redes sociais para a vitória desses candidatos, sejam estas formadas por famílias ou por políticos. Os dados confirmam a leitura feita da tabela 14 em que afirmamos a pouca importância de movimentos sociais e instituições nessa elite. Também apresenta um baixo percentual de importância a ligação desses indivíduos com os “formadores de opinião” (radialista e jornalistas) e empresários que financiem suas campanhas.

Um dado que nos chamou atenção foi à importância mediana do partido político na vitória desses indivíduos, pois pensávamos que estes contariam de forma mínima na vitória dos candidatos. Porém, é importante ressaltar os constrangimentos que as regras institucionais operam na carreira do candidato, visto que dependendo do partido indivíduos com percentuais idênticos de votos podem ser eleitos ou assumirem postos de suplentes. Seguindo esse raciocínio, o partido político conta na vitória do candidato.

Analisando ainda a relação entre família e política temos a tabela 16 que analisa as respostas dos indivíduos que possuíam algum membro da família ocupando cargo eletivo na política local. Assim, para esses indivíduos a família contou de forma mais acentuada na sua vitória eleitoral, com uma média de 62% para todos os indivíduos e 68% para indivíduos com familiares na política. Além disso, esses indivíduos após

deixarem a câmara apoiaram em grande parte membros da família, embora esse percentual venha diminuindo ao longo das legislaturas. Como vemos abaixo:

Tabela 16 – Importância da instituição familiar para indivíduos que possuem membros da família na política local

	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Importância Alta ou Média da Família na Primeira Vitória	75%	60%	63,6%	69,2%	60%	83,3%
Importância Alta/Média da Família p. Permanência na Política	83,3%	77,8%	81,8%	91,7%	100%	100%
Após deixar a Câmara, que atividade política exerceu						
Apoio político a membros da Família	100%	50%	42,9%	42,9%	33,3%	NA
Atuação em Bases Eleitorais (Bairros ou Localidades)	0%	33,3%	42,9%	42,9%	33,3%	NA
Candidatou-se ao Executivo Municipal	0%	16,7%	14,3%	14,3%	33,3%	NA

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Expostos essas questões, vamos analisar o perfil dessa elite de modo contextualizado no ponto seguinte.

5. Considerações finais:

Assim, em que medida o recrutamento observado em Tauá expressa a estrutura de classe dessa sociedade? No estudo de Carvalho (1981), sobre a elite política brasileira no império, o autor observa a existência de uma elite caracteristicamente fechada, pois para os cargos políticos:

Restariam os advogados, juizes, procuradores, padres, médicos, cirurgiões, professores, homens de letras, oficiais militares, os altos funcionários públicos, além de parte reduzida de capitalistas e proprietários, isto é, um grupo que não deveria passar de 16.000 pessoas, ou seja, 0,3% da população ativa ou 0,1% da população total. Desse reduzidíssimo estoque sairia em torno de 95% dos ministros, 90% dos deputados, 85% dos senadores, 100% dos conselheiros de Estado. (CARVALHO 1981: 74)

Em Tauá percebemos também a existência de um recrutamento fechado, ou seja, quem governa é recrutado de um segmento muito específico da sociedade. Não há um recrutamento aberto que envolva estratos diferenciados da sociedade, muito embora percebamos que esse recrutamento fechado esteja sofrendo constrangimentos externos, via contexto institucional, via contexto político que extrapolam o “local”.

Na elite parlamentar analisada prevalece uma homogeneidade quanto aos atributos adstritos, uma vez na sua maioria são homens brancos, católicos e com idade média de 33 anos.

Já no que se refere aos atributos adquiridos prevalece uma mudança no padrão desse recrutamento, uma vez que nas primeiras legislaturas predominavam indivíduos com baixa escolaridade e ligados a profissões rurais, porém nas últimas legislaturas verificamos uma maior escolarização e a predominância de empresários e funcionários públicos. Destacando também que esses indivíduos apresentam uma mobilidade escolar ascendente.

Na análise da carreira política e da importância da família como ascensão política verificamos um padrão tradicional de elite onde as redes familiares e políticas possuem um grande peso na inserção e na permanência desses indivíduos na política. Dessa forma, a família atua como um dos lugares de formação de *habitus* do político, como formadora de um *corpus* de saberes específicos. Associado a instituição familiar temos o peso da escolaridade e o exercício de determinadas profissões, uma vez que a atividade política exige “tempo livre” que não é possibilitado em todas as ocupações.

Essa elite também não possui relações orgânicas com instituições (sindicato, igreja, associações de classe), movimentos sociais organizados e partidos políticos.

Assim, como comenta Rodrigues (2006: 36):

Do ponto de vista social, os que entram na política vêm geralmente de certos círculos profissionais e familiares que proporcionam uma socialização política informal desde muito cedo e que desenvolvem habilidades especiais para a entrada, permanência e ascensão nos variados escalões do sistema de poder.

O artigo buscado investigar de que forma transformações na estrutura socioeconômica são refletidas na circulação das elites percebe que o padrão de recrutamento da elite se modificou ao longo dos 24 anos analisados. Assim, o surgimento de novas elites ou de novos elementos na elite deve-se à emergência de novas forças sociais que representam interesses no seio da sociedade. Essas forças sociais refletem as mudanças econômicas, sociais, culturais de uma sociedade que se expande. Assim, ao surgirem novas necessidades emergem novas forças sociais para reclamar sua fração de poder nos velhos interesses estabelecidos.

No entanto, cabe um questionamento: essa nova origem social da elite parlamentar tauaense é acompanhada de mudanças no comportamento político ou esses indivíduos “repetem” os mesmos esquemas de domínio da “velha” elite? Para responder a esse questionamento faz-se necessário uma pesquisa que vincule a carreira política dos

membros da elite com suas condutas políticas em casos específicos, o que foge a preocupação inicial do *paper*, mas que serve de inspiração para futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat; SOUSA, José Jurandir. As revoluções silenciosas no nordeste: eleições e mudança social em Itapiúna. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (Org.). *A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000*. São Paulo: Editora Pontes; Fortaleza: programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2003. p. 255-290.

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no Sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BASTIDE, Roger. *Brasil: terra de contrastes*. São Paulo: Difel, 1959.

BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As elites políticas do Rio Claro: recrutamento e trajetória*. Piracicaba: Unimep, 2001.

BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARVALHO, Benedito. “De que família você é?” A “família cearense”: distinção, símbolos e poder. In.: *Revista de Ciências Sociais*, v. 30, n. 1/2, 1999. Pág.: 75-85.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. UnB, 1981.

CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly. *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política: campanhas majoritárias de 1985 e 1986 no ceará*. Fortaleza, 1998. Tese de Doutorado.

_____. Imagem marca e continuísmo político: a era Tasso no Ceará. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Élcio; PINHEIRO, Joceny (Org.). *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001. p. 193-219.

CHANDLER, Billy Jay. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns*. Fortaleza: EdUFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CODATO, Adriano N.; GOUVÊA, Júlio C.; PERISSINOTTO, Renato M.. *As elites administrativas, parlamentares e partidárias do Paraná, 1995-2006 (Banco de Dados)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2006. In: Consórcio de Informações Sociais, 2006. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 05/04/2009.

DE DEUS, Cleber. O novo arranjo federativo brasileiro, o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

DOMBROWSKI, O. . Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, p. 269, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2000*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: set. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Base de dados macroeconômicos* (IPEADATA). Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: set. 2009.

KELLER, Suzanne. *O destino das elites*. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

LAMBERT, Jacques. *Os dois brasis*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1967

LANNA, Marcos P. D. *A dívida divina*: troca e patronagem no Nordeste brasileiro. Campinas: UNICAMP, 1995.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Forense, 1948.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder*: o(caso) dos coronéis. São Paulo: ANNABLUME; Fortaleza: EdUFC, 1995.

LEVINE, Robert M.. *A velha usina*: Pernambuco na Federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Coleção Estudos Brasileiros, v. 45.

LIMA, Cláudio Ferreira. *Cidades do Ceará: origens, transformações e perspectivas*. In: Anuário do Ceará 2006. Fortaleza: O POVO S.A., 2006. p. 394-452.

LOVE, Joseph. *A locomotiva*: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. São Paulo: Paz e Terra, 1982. Coleção Estudos Brasileiros, v. 57.

MONTENEGRO, Abelardo F., *Os partidos políticos do Ceará*. Fortaleza, EdUFC, 1980.

MOSCA, Gaetano. *La classe política*. México: FCE, 2004.

MOTA, Aroldo. *História Política de Tauá*. Tauá: ABC, 2002.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1934*: A Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PARENTE, Josênio Camelo. *A fé e a razão na política*. Fortaleza/Sobral: EdUFC/EdUVA, 2000.

PERISSINOTO, Renato *et al.* *Quem Governa?* Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: EdUFPR, 2007.

PESSOA JR., José Raulino Chaves. *Poder e Família: recrutamento e trajetória das Elites Políticas de Catarina-CE*. Fortaleza: UFC, 2008. Monografia para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais.

PINTO, Luis de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1980.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RODRIGUES, L. M. . *Mudanças na Classe Política Brasileira*. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.